

## COMISSÃO UNIVERSITÁRIA DA VERDADE: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA NA UFPEL.

AMANDA RODRIGUES GUELSO<sup>1</sup>; ALESSANDRA GASPAROTTO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – amandaguelso123@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A atual Comissão Universitária da Verdade (CUV) da Universidade Federal de Pelotas surgiu como um desdobramento e recomendação da Comissão para Implementação de Medidas de Memória, Verdade e Justiça na UFPel (CMVJ)<sup>1</sup>. A CMVJ teve como principal objetivo a elaboração de um relatório a fim de avaliar a concessão de títulos honoríficos ao presidente ditador Emílio Garrastazu Médici e ao ex-ministro da educação da ditadura, Jarbas Gonçalves Passarinho, em 1970 e 1972, respectivamente.

Como resultado de seu trabalho, os títulos de Doutor Honoris Causa outorgados a esses agentes da ditadura-civil-militar-empresarial foram revogados por unanimidade pelo Conselho Universitário em março de 2024. No entanto, ao longo de suas investigações, a Comissão também identificou que a UFPel foi afetada de outras formas durante o regime ditatorial. Sendo assim, para esclarecer como a repressão atingiu a UFPel, foi criada a Comissão Universitária da Verdade, com vigência 2024-2026.

Segundo Alessandra Gasparotto (2013), as Comissões da Verdade não são uma novidade na América Latina, devido às inúmeras reivindicações de direito à memória e a verdade serem um legado deixado pelas experiências autoritárias que inúmeros países dessa região vivenciaram. Dessa forma, no Brasil, com a criação da Comissão Nacional da Verdade<sup>2</sup>, houve um efeito rebote no qual inúmeras comissões estaduais, municipais e institucionais foram instituídas.

---

<sup>1</sup> Em 05/05/2023, a Reitoria da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) criou, mediante a publicação da Portaria de Pessoal nº 1.529, complementada pela Portaria de Pessoal nº 1.555, a Comissão para implementação de medidas de memória, verdade e justiça na UFPEL (CMVJ-UFPEL). Um dos motivos que ensejaram a criação de uma comissão encarregada de analisar os títulos honoríficos concedidos a pessoas vinculadas à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi, entre outros, o recebimento do Ofício OF/PRDC/PR/RS/Nº 4314/2022, enviado pelo Ministério Público Federal (MPF) em 13/10/2022. O Ofício enviado pelo MPF tratava de Inquérito Civil sobre a concessão de títulos a autores de violações contra os direitos humanos na ditadura. Além de solicitar informações sobre o tema por parte da UFPEL, foi reiterado um pedido de informações e esclarecimentos sobre medidas que tenham sido implementadas, no âmbito da UFPEL, para lidar com a memória do regime de exceção vigente no país até 1985 (Universidade Federal de Pelotas, 2023, p. 2).

<sup>2</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório Final. A CNV teve como objetivo principal investigar as violações de direitos humanos praticadas no Brasil no período de 1946 a 1988. Dessa forma, a comissão teria que promover o esclarecimento de casos de tortura, morte e desaparecimento forçados, assim como identificar e tornar pública as estruturas, os locais e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos no período (GASPAROTTO, 2013, p. 235). Para obter mais informações sobre a CNV, incluindo seus relatórios, acessar o site: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html> Acesso em 18 ago. de 2025.

Essas comissões buscam investigar sobre o contexto ditatorial, enfatizando as relações que ocorreram em outros espaços durante o período.

Segundo Rodrigo Motta, “as universidades ocupavam lugar fundamental no planejamento estratégico dos militares, por seu papel na formação das futuras elites e dos técnicos necessários à gestão da economia” (2008, p. 33). Dessa forma, o regime ditatorial teve presença ativa nas universidades do país, mantendo vigilância constante nesses espaços. Para efetuar a vigilância de forma organizada, mecanismos burocráticos da ditadura foram implementados nas universidades. Assim, a repressão ditatorial criou um órgão exclusivo para o ambiente universitário: as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI).

Nas universidades, as AESI foram criadas a partir de janeiro de 1971, com apoio do Ministério da Educação e Cultura, após terem aprovado seu Plano Setorial de Informações (MOTTA, 2008). Na Universidade Federal de Pelotas, a AESI recebeu o nome de Assessoria de Segurança e Informações (ASI), iniciando seus trabalhos em 1972. O funcionamento da agência da ASI na UFPEL é pouco explorado em pesquisas. Com isso, existe uma lacuna de investigações que buscam esclarecer como esse órgão atuou cotidianamente na universidade.

Nesse sentido, a Comissão Universitária da Verdade se compromete com o esclarecimento dos casos de repressão e violações dos direitos humanos que atingiram os professores, alunos e servidores da Universidade Federal de Pelotas.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho realizado pela CUV é voltado para o levantamento de dados acerca de como a repressão atingiu o ambiente universitário. Para isso, um dos métodos empregados é a busca, pesquisa e leitura de fontes produzidas pelas diferentes unidades acadêmicas no período ditatorial. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento documental, visitando as unidades acadêmicas mais antigas para compreender quais fontes do período estariam disponíveis para a pesquisa.

Inicialmente foi analisada a documentação existente nas Faculdades de Direito e Odontologia. À época, essas Faculdades estavam vinculadas à UFRGS e, em 1969, passaram a integrar a UFPEL. Posteriormente foram examinados os documentos do Centro de Artes, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (e a antiga Escola de Belas Artes), Faculdade de Ciências Domésticas e da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Essas documentações, datadas dos anos de 1960 a 1980, são essenciais para compreendermos como essas unidades foram afetadas pela Operação Limpeza,<sup>3</sup> a qual buscava afastar funcionários públicos que não eram ideologicamente favoráveis à ditadura.

Foi feito um levantamento prévio do material que estava disponível para a consulta nessas unidades. Importante destacar que, devido à descentralização da

---

<sup>3</sup> Logo após o golpe militar, as primeiras semanas de aula nas universidades foram suspensas e foi colocada em ação a chamada Operação Limpeza, nome utilizado por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros (Brasil, 2014, p. 269). Dessa forma, a Operação Limpeza também atingiu o serviço público, o parlamento e demais órgãos estatais com servidores públicos, mantendo a vigilância do Estado em cima desses servidores, buscando formas de expurgar desses espaços os elementos contrários ao regime ditatorial.

universidade, não existe um arquivo com função de armazenamento desses documentos históricos da UFPEL, no qual todas essas informações poderiam estar organizadas. Após triagem da documentação, iniciou-se a fase da pesquisa, análise das fontes levantadas, a busca por informações e dados sobre como a repressão atingiu a universidade durante o regime ditatorial.

Também estão sendo utilizadas fontes de História Oral, através da análise de entrevistas já realizadas com professores, alunos e servidores da UFPEL durante o período da Ditadura Militar. Seguindo essa mesma lógica, a CUV organizou uma roda de conversa pública em junho deste ano, na qual foram convidados docentes e servidores que atuaram nos primeiros anos da UFPEL, os quais deram seus relatos acerca de como era o cotidiano da Universidade durante o período estudado.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa documental continua em fase de leitura e levantamento. Dessa forma, ainda está sendo realizada a triagem das documentações, para concluir a pesquisa nesses arquivos. Ao visitar as unidades mencionadas, constatou-se a mesma problemática da não organização de um acervo ou arquivo, resultando numa documentação espalhada e de difícil acesso. Contudo, até o momento foi possível chegar a alguns resultados prévios.

Primeiramente, além de serem identificados os materiais necessários para a pesquisa, esses documentos estão sendo digitalizados e publicizados com o apoio do Núcleo de Documentação Histórica (NDH - UFPEL). Convergingo com a disseminação dos dados, a CUV está produzindo artigos científicos com base nas informações e documentações encontradas.

Além disso, através da pesquisa nos documentos, foi comprovada a existência e as atribuições da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da UFPEL, comandada pelo general Edson Vignoli. O general em questão, além de chefiar a ASI, também acumulava outros cargos na universidade, como o de professor da disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB). Vale ressaltar que foram encontrados documentos que faziam referência direta a ASI, contudo, há pouca documentação elaborada por esse órgão. Tal constatação levou à hipótese de que esses documentos provavelmente foram destruídos em algum momento, visto que se tratavam de material com conteúdo comprometedor.

Documentos que demonstram o monitoramento de professores e alunos também foram coletados por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), o qual salvaguarda documentos de informação e segurança do regime ditatorial, tais como o SNI e o CIEEx. Através de fontes do SIAN, comprovou-se o expurgo de dois professores da Faculdade de Direito de Pelotas (1964) e dois da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (em 1969, na recém criada UFPEL), a detenção de quatro alunos da Faculdade de Odontologia e Direito para averiguação de atos subversivos no 9º Batalhão de Infantaria de Pelotas logo após o golpe, bem como a prisão de um estudante de Agronomia no Congresso da UNE realizado em Ibiúna em 1968.

### **4. CONCLUSÕES**

O trabalho realizado pela Comissão Universitária da Verdade continua em andamento. Após a finalização da fase de pesquisa, inicia-se a fase de produção do relatório final da comissão. Neste relatório, os casos brevemente mencionados

acima serão destrinchados, assim como a exposição de provas documentais da repressão dentro da universidade.

Além disso, no relatório poderá haver algumas recomendações voltadas à preservação dos arquivos históricos da universidade, atestando seu compromisso com a memória e com a história da instituição. É importante ressaltar que artigos científicos sobre o assunto estão sendo produzidos concomitantemente a pesquisa para a escrita do relatório. Dessa forma, pretende-se publicizar e aumentar a divulgação da pesquisa realizada.

Existe a possibilidade da realização de outra roda de conversa aberta ao público a fim de trazer novos relatos da comunidade acadêmica que frequentou a UFPEl durante o regime de exceção. Outros professores, alunos e servidores serão chamados para relatarem suas experiências. Esses relatos também poderão ser utilizados como fonte para a elaboração do relatório. A atividade da roda de conversa é de suma importância para que a comunidade em geral possa ter conhecimento sobre a pesquisa desenvolvida pela CUV, além de poderem contribuir com a preservação das memórias sobre a ditadura.

Dessa forma, a CUV reitera seu compromisso com a elucidação dos casos de repressão ocorridos na Universidade Federal de Pelotas, buscando reafirmar seu comprometimento com o direito à memória, verdade e justiça.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, **Violações de direitos humanos na universidade**. Relatório da CNV, Volume II, Texto 6. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%206.pdf> Acesso em: 15 ago. de 2025.

BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **A CNV**. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html> Acesso em: 18 ago. de 2025.

GASPAROTTO, Alessandra. Apontamentos (e desapontamentos) em relação à criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. In: PADRÓS, E. S. (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi**. As assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cjyrNbQdVWbZTs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20 ago. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. COMISSÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA (CMVJ-UFPEl). **Relatório da Comissão para Implementação de Medidas de Memória, Verdade e Justiça**. Pelotas: CMVJ, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2023/10/2023-RELATORIO-CMVJ-UFPEL.pdf> Acesso em: 15 ago. de 2025.